



PROTOCOLO COMUNITÁRIO DE CONSULTA PRÉVIA

COMUNIDADES QUILOMBOLAS E
APANHADORAS DE FLORES SEMPRE VIVAS

Vargem do Inhaí, Mata dos Crioulos, Raiz e Braúnas



APRESENTAÇÃO

Nós, quilombolas apanhadoras e apanhadores de flores sempre-vivas somos povos tradicionais e vivemos na porção meridional da Serra do Espinhaço, alto do Jequitinhonha. Temos como principal atividade a tradicional panha das flores sempre-vivas, que representa a fonte de renda essencial para a reprodução sociocultural das comunidades e assegura nosso modo de vida tradicional.

Além das flores, panhamos botões, cipós, capa de coco, folhas, sementes e frutos secos (em torno de 240 espécies), voltados para o mercado de plantas ornamentais. O número aumenta quando são incluídas as plantas nativas, medicinais e alimentares, além de madeiras, fibras e óleos. Uma mesma família chega a manejar dezenas de espécies. Somos conhecedores da Serra e de tudo que ela tem, sendo assim guardiões da biodiversidade nativa. Sabemos zelar pelas suas águas e cuidar da sua riqueza e diversidade, especialmente das flores sempre vivas e plantas ornamentais.

@Foto: João Roberto Ripper – Mata dos Crioulos



@Foto: Valda Nogueira

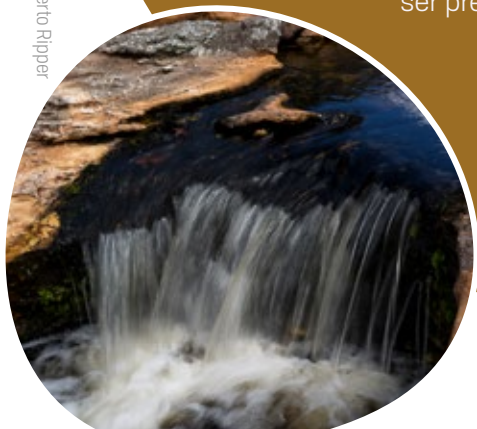
Nossas terras são de uso comum. Durante o período de seca, subimos a campo para a panha de flores sempre-vivas, solta do gado e manejo de animais de carga. Nesse período, as moradias são as lapas e ranchos na Serra. Já na época das chuvas, fazemos cultivos diversificados ao redor das moradias, além de criação de animais de pequeno porte. As atividades são feitas no coletivo familiar de forma artesanal e a partir de conhecimentos dos nossos ancestrais. Diante dessa riqueza socioambiental, empresas, pesquisadores e outros exploradores com diferentes interesses procuram nosso território e muitas vezes querem interferir nele. Por isso,

construímos o presente **Protocolo Comunitário de Consulta Prévia**, que é um instrumento elaborado pelas comunidades e traz regras e acordos coletivos sobre como nos organizamos e tomamos decisões sobre ações que afetam nosso dia a dia no território. Este Protocolo, das comunidades tradicionais e quilombolas apanhadoras de flores sempre-vivas, representa os quilombos e as com unidades de Vargem do Inhaí, Mata dos Crioulos, Raiz e Braúnas.

MAS O QUE É A CONSULTA PRÉVIA?

O direito de consulta prévia está previsto na Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT). Garante aos povos e comunidades tradicionais e quilombolas o direito de escolha, participação e avaliação sobre projetos, empreendimentos, propostas legislativas, pesquisas acadêmicas e quaisquer intervenções que afetem direta e indiretamente seu modo de vida. Isso porque é o povo, nos seus territórios, que conhece as realidades locais, os problemas e dificuldades enfrentados e também as suas potencialidades. Assim, para qualquer ação nos territórios é o povo que deve ser consultado por primeiro. A consulta deve ser prévia, antes da intervenção no território; livre, ou seja, sem intimidação, intromissão ou pressão; e informada, com o máximo de informações e esclarecimentos sobre a ação que vai impactar as comunidades.

© Foto: João Roberto Ripper



E para falar das nossas realidades, somos nós, quilombolas e apanhadores(as) de flores sempre-vivas, quem devemos construir nossa própria forma de desenvolvimento e de gestão do nosso território, sempre respeitando a biodiversidade, mantendo as águas, a riqueza e a fertilidade da terra.

Entendemos que é importante que as comunidades construam coletivamente as próprias regras e acordos sobre as consultas. Nossas decisões devem ser respeitadas antes de qualquer projeto, empreendimento, proposta legislativa, pesquisa acadêmica e/ou intervenções nos nossos territórios. Chamamos o documento que diz como nos organizamos e tomamos nossas decisões de Protocolo Comunitário de Consulta Prévia.



QUEM SOMOS?

Nós somos quilombolas apanhadoras e apanhadores de flores sempre-vivas, além de guardiões e guardiãs das águas e das plantas nativas e do território. Ouvimos histórias de quilombos e concluímos que combinavam com a nossa história.

Assim, lutamos pela certificação e já conseguimos o reconhecimento social. Somos descendentes de negros e negras que resistiram à exploração da escravidão e construímos nosso modo de vida plantando, criando, extraindo da natureza sem agredir, dando e recebendo.

Ser quilombola é antes de tudo resistência: somos força e luta. A busca por reconhecimento é um processo de dentro pra fora, no qual primeiramente enfrentamos a barreira do preconceito.

O certificado de autodeclaração é mais uma ferramenta de luta pela garantia de direitos. E a luta é de todos! Lutamos pelo território, mas também pela garantia da perpetuação do modo de vida tradicional, para manter viva nossa tradição e cultura. Nossa sobrevivência enquanto povo vem da nossa luta por viver, plantar, fazer nossas criações e apanhar nossa flor em liberdade.

CERTIFICAÇÃO PELA PALMARES

As comunidades quilombolas e apanhadoras de flores sempre-vivas da Serra do Espinhaço lutaram por anos para conseguir a certificado pela Fundação Cultural Palmares de autodefinição como remanescente de quilombo, para fortalecer o reconhecimento de sua identidade coletiva quilombola, detentora de conhecimentos ancestrais de manejo tradicional na agricultura, criação de animais e panha das flores sempre-vivas. Entendendo que esta é uma ferramenta de luta para garantias de acesso a políticas públicas e liberdade de ir e vir em seus territórios. A comunidade de Mata dos Crioulos foi certificada em 2010, Vargem do Inhaí em 2011 e Raiz em 2015. Braúnas ainda luta pela certificação quilombola, mas já se reconhece como tal.



@Foto: João Roberto Ripper

Vamos continuar a história dos nossos ancestrais. Estamos seguindo a história e os costumes dos nossos antepassados e somos uma única família. Somos também benzedeiros, rezadeiras e parteiras, além de raizeiros e artesãos. Temos um conhecimento que vem dos nossos avós e sabemos zelar pelo meio ambiente, com suas águas, terras, plantas e sementes. E por isso somos a primeira candidatura brasileira a ser aceita como **Sistema Importante do Patrimônio Agrícola Mundial (SIPAM)**, da FAO/ONU.



O QUE É A SERRA PARA NÓS?

A Serra do Espinhaço faz parte da nossa identidade, faz parte de quem somos. Da Serra obtemos nosso sustento e em troca zelamos e cuidamos dela. Ela faz parte do nosso território, é o futuro para nossas famílias e agrega a comunidade. É nossa casa, é liberdade, lugar de distração e alívio, é sobrevivência. A Serra ajuda ainda a organizar e unir as comunidades.

A Serra forma a lapa, e a lapa é nossa casa! É nossa morada. A Serra ainda nos dá saúde, alimentos, pequi, frutos e flores; raízes para fazer remédio; nos dá vida, identidade e sustento para nós e os animais; nos dá ainda água pura, paisagem, vento e farinha, rapadura também! Na Serra o ambiente é sadio e nela todos, até os animais, se fortalecem. Somos parte da Serra e a Serra é parte da gente.

@ Foto: Elisa Gotta -
Mata dos Crioulos



@ Foto: Joao Roberto Ripper
- Mata dos Crioulos



COMO VIVEMOS

NOSSO MODO DE VIDA SUSTENTÁVEL

Nós nos organizamos em coletivos, por meio de reuniões e encontros, com muitas conversas, nas associações locais, nos grupos comunitários, na Comissão em Defesa dos Direitos das Comunidades Extrativistas (Codecex) e com as parcerias que nós escolhemos. Também fazemos mutirões de ajuda comunitária, pois nosso modo de ser e viver é compartilhado. Gostamos de estar juntos!



@ Foto: Codecex, abril de 2019

MAS O QUE É A CODECEX?

A Comissão em Defesa dos Direitos das Comunidades Extrativistas, criada em 2010, é formada por comunidades de apanhadoras e apanhadores de flores sempre-vivas e quilombolas de sete municípios de Minas Gerais. Tem como missão a luta e a resistência pela manutenção dos territórios e do modo de vida tradicional; reconhecimento social dos apanhadores(as) de flores sempre-vivas e respeito aos seus direitos; promoção do uso sustentável dos recursos naturais; acesso a políticas públicas diferenciadas e incremento de renda das famílias. A Codecex atua nas comunidades que estão na Serra do Espinhaço ou em sua área de influência, que é importante referência geográfica, histórica, cultural e ambiental de Minas e do país.



@ Foto: Valda Nogueira – Raiz

Também plantamos e celebramos muitas coisas boas. Celebramos poesia e música, comida conjunta, cultos, ensaios musicais, encontros familiares, celebrações religiosas, também aniversários e casamentos, futebol e capoeira, teatro, dança, fazemos ainda culinária com plantas da Serra, versos e rimas. Sabemos da importância da Serra e por isso sabemos cuidar de tudo que ela tem.



MERENDAS DO CAMPO: PARA SUBIR A SERRA E FAZER A PANHA!

A gente leva para matar a fome no alto da Serra:

- **FARINHA COM AÇÚCAR, QUE É ALMOÇO E MERENDA**
- **PAÇOCA DE AMENDOIM, RAPADURA, FUBÁ TORRADO**
- **PAÇOCA DE CARNE SECA**
- **SARDINHA COM FARINHA E CAFÉ**
- **PAÇOCA DE LAMBARI COM FARINHA**
- **BEIJU COM QUEIJO**
- **FARINHA COM AÇÚCAR, SAL E RAPADURA**



@ Foto: João Roberto Ripper – Raiz

NOSSA HISTÓRIA

Nossos ancestrais nos passaram os conhecimentos sobre a panha de flores sempre-vivas. Também herdamos deles o respeito aos mais velhos, a honestidade, a hospitalidade, a união comunitária familiar, os dialetos, as músicas, o auxílio na hora da necessidade, além de crenças e benzeções. Também aprendemos como fazer roça de toco, remédios com plantas medicinais, o modo de construir as casas, a Folia de Reis, a cozinhar e fazer batizado de boneca e pastorinhas. Cuidamos dos nascedouros de água, vargens, ribeirões e plantas nativas. Também aprendemos a dividir o pouco que temos e ajudar nossos vizinhos e parentes na hora da doença.



@Foto: João Roberto Ripper
- Mata dos Crioulos

- **FARINHA TORRADA NAS PEDRAS DAS LAPAS**
- **QUEIJO**
- **INHAME ASSADO, CARÁ E MANDIOCA**
- **JATOBÁ E BANANA**
- **SUCO DE MARACUJÁ FEITO EM CASA**
- **FUBÁ SUADO COM AÇÚCAR, ASSIM COMO BROA DE FUBÁ**
- **BISCOITO DE GOMA**
- **FRUTAS DO CERRADO**



“Dona Maria Augusta de Vilil era parteira e a mesma também apanhadora das flores sempre-vivas – saberes tradicionais das ervas” (quilombola apanhadora)



@ Foto: Valda Nogueira – Mata dos Críoulos

@ Foto: Codeceex

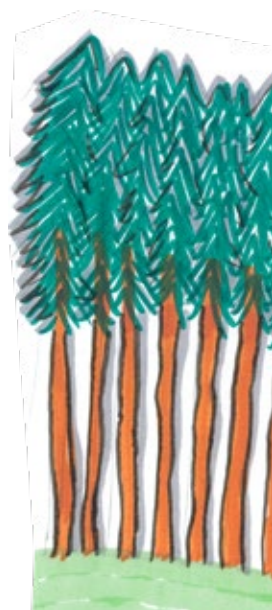


“O tempo foi passando. E o quilombo crescendo. Chegaram logo os netos. Mas a lição iam aprendendo: nada de vô e vó. Era pai véio e mãe veia. Tradição não vira pó” poema de Eliad Gisele Alves

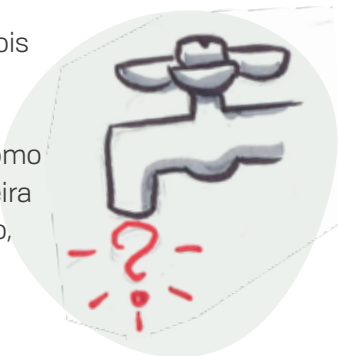
AMEAÇAS E CONFLITOS

Toda e qualquer intervenção que afete direta e indiretamente os territórios quilombolas deve passar pelo processo de consulta, para que nós decidamos como se darão ou não essas intervenções. Alguns órgãos ambientais e empreendimentos parecem acreditar que não sabemos como viver nas nossas terras e preservar o meio ambiente, construindo nossas próprias formas de desenvolvimento. Abaixo listamos algumas das situações que enfrentamos coletivamente:

- Luta pela recategorização do Parque Nacional das Sempre-Vivas para Reserva de Desenvolvimento Sustentável, ou seja, mudando de unidade de conservação de uso integral para de uso sustentável. São as comunidades apanhadoras que preservam há muitos anos o meio ambiente da Serra, o parque nacional já chegou depois e ainda sem fazer a consulta prévia. Com as restrições que temos sofrido para acessar nosso território nas áreas que foram tomadas pelo parque, temos visto queimadas em épocas erradas que colocam em risco o meio ambiente e a vida na Serra.
- Tem aumentado a escassez de água e a redução de peixes nos córregos por conta do avanço da monocultura de eucalipto e das atividades de algumas mineradoras. Ou seja, os empreendimentos têm provocado assoreamento e interferido no equilíbrio dos ecossistemas na Serra do Espinhaço, que é uma referência muito importante para nossa região, para Minas e o Brasil.



▪ A água também deve ser acessível a todos e todas, pois é bem comum e não deve ficar restrita aos interesses das empresas, como as de eucalipto e mineração. Nós, apanhadoras, apanhadores e quilombolas sabemos como preservar a água, não desmatamos nascentes, nem beira de rio, nem deixamos a terra exaurir, utilizamos o pouso, que poupa a fertilidade e a água do solo e do subsolo.



▪ A Serra ainda é nossa caixa d'água, que armazena em seus vales as chuvas que abastecem os lençóis e afloram nos minadouros. Sem ela, ficaríamos sem água limpa e acessível, necessária à nossa sobrevivência e da própria Serra. Nela estão nascentes que alimentam importantes bacias hidrográficas do país, as quais as comunidades sempre souberam cuidar.

▪ Tem ocorrido entrada de terceiros no nosso território – grandes fazendeiros e invasores – que cercam as terras de uso comum, tirando nossa liberdade de ir e vir e também o nosso acesso aos campos de flores, proibindo ainda o cultivo das roças tradicionais que nos garantem a segurança e a soberania alimentar e nutricional.



▪ A morosidade na titulação dos nossos territórios dificulta nossas lutas em defesa do nosso lugar, assolado pelos interesses do desenvolvimentismo do agronegócio e da mineração.



- O avanço da exploração mineral de metais preciosos, ferro, manganês e outros ameaça nosso modo de vida, o equilíbrio dos ecossistemas do Bioma Cerrado e a biodiversidade nativa da Serra do Espinhaço.



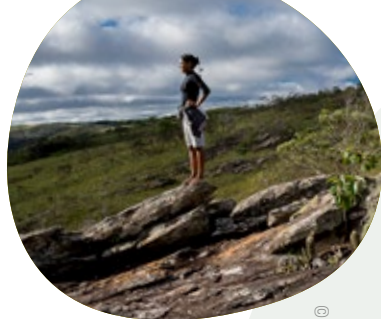
- Também somos ameaçados pela biopirataria, por meio de indivíduos ou empresas interessados na nossa riqueza em biodiversidade e nos nossos conhecimentos tradicionais associados a essa riqueza natural, os quais construímos por tradições dos nossos ancestrais. Esses interventores buscam se apropriar dos conhecimentos tradicionais que temos sobre as características, usos e métodos de trabalho do nosso rico e diverso patrimônio genético. A partir disso, usam esses conhecimentos para fins acadêmicos ou econômicos, sem reconhecer a fonte dessa sabedoria e nem repartir os benefícios que vêm da intervenção. Não realizam ainda a consulta prévia, livre e informada nas comunidades que exploram.



O QUE QUEREMOS

A cada dia avançamos na auto-organização da comunidade. No entanto, é importante que o Estado garanta – como determina a Constituição Federal – a efetivação dos nossos direitos humanos enquanto quilombolas apanhadoras e apanhadores de flores sempre-vivas. Nesse sentido, nós queremos:

- **Nossa liberdade!**
- **A titulação do nosso território.**
- **Acesso às políticas públicas e serviços como energia elétrica, estradas, pontes, internet, telefonia, transporte escolar, entre outros.**
- **Escola quilombola, que respeite e fortaleça a identidade das comunidades tradicionais.**
- **Fortalecimento do artesanato das nossas comunidades, por meio de oficinas, projetos e incentivos.**
- **As áreas de uso comum livres.**
- **Fortalecimento das nossas associações.**
- **Reconhecimento da história de luta do povo negro e garantia da igualdade racial.**
- **Acesso ao lazer.**
- **Geração de renda.**



@ Foto: João Roberto Ripper – Raiz



@ Foto: João Roberto Ripper

COMO A LEGISLAÇÃO PROTEGE AS COMUNIDADES TRADICIONAIS E QUILOMBOLAS?

A Constituição afirma, no Art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, a propriedade das terras tradicionalmente ocupadas pelos quilombos, devendo o Estado emitir os respectivos títulos. Esse direito fundamental, consagrado pelo Supremo Tribunal Federal em decisão histórica de fevereiro de 2018, ao considerar constitucional e legítimo o Decreto Federal 4.887/2003, que regulamenta o Art. 68 da Constituição, dispõe como deve ser feita a identificação, demarcação e titulação das terras quilombolas.

O Art. 216 da Constituição declara como patrimônio brasileiro os bens materiais e imateriais que se referem à identidade, ação e memória dos grupos formadores da sociedade brasileira, como os povos de quilombo, indígenas e outros povos tradicionais.

Temos ainda o Decreto Federal 6.040/2017, que institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais e orienta a construção de projetos para estruturação da produção

familiar em parceria com órgãos do governo, como Incra, Secretaria de Políticas Públicas de Promoção da Igualdade Racial e Ministério do Meio Ambiente.

A Constituição reconhece direitos fundamentais no Art. 5º, como a igualdade de gênero, de raça e etnia. Nos seus Arts. 6º e 7º também reconhece direitos sociais, como moradia, lazer, saúde, alimentação, educação, previdência social, segurança e outros. Esses são direitos fundamentais de todos os brasileiros e brasileiras.

No Art. 225, a Constituição reconhece a todos e todas o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado como bem de uso comum do povo e essencial à qualidade de vida, impondo ainda ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações. O meio ambiente equilibrado está diretamente relacionado aos modos de fazer, viver e produzir dos povos tradicionais, cujo modo de vida protege a biodiversidade, pois faz uso do território com manejo tradicional, passado de geração em geração, mantendo o equilíbrio do bioma e das espécies de flora e fauna com as quais se relacionam.

QUEM DEVE SER CONSULTADO?

- As comunidades apanhadoras de flores e quilombolas que têm a Serra como território devem ser consultadas;
- Também quem tem raiz, mas mora fora do quilombo, como nossos filhos e netos que saíram para estudar ou trabalhar;
- Jovens também devem ser consultados(as), pois elas e eles são os herdeiros(as) dos nossos ensinamentos e tradições. Mais tarde, lutarão por melhorias nas nossas comunidades;
- Os(as) mais velhos(as) devem ser escutados(as), porque têm sabedoria e muita experiência e também foram apanhadoras e apanhadores por toda vida;
- Os parceiros indicados pelas comunidades, como a Codecex, a Articulação Rosalino, entre outros apoiadores, pois são entidades e pessoas de confiança no nosso território;
- Afirmamos ainda que todo e qualquer empreendimento, iniciativa ou intervenção que queira acessar os nossos territórios deve procurar a Codecex para que ela possa fazer um primeiro diálogo com as comunidades para em conjunto iniciarem os debates.



@ Foto: Codecex, abril de 2019





© Foto: Codecox, fevereiro de 2019

O QUE É A ARTICULAÇÃO ROSALINO?

A Articulação Rosalino Gomes de Povos e Comunidades Tradicionais é uma congregação de sete povos tradicionais do estado de Minas Gerais com diferentes tradições, culturas e etnias. Tem como função representar e apoiar politicamente os diferentes povos nas diferentes esferas do governo e entre os diferentes grupos sociais.

Tem como objetivo a unificação dos povos na busca pelo direito aos seus territórios tradicionais, à regularização fundiária, ao exercício de sua cultura diferenciada, à preservação do ambiente e à fala.



COMO A COMUNIDADE DEVE SER CONSULTADA



@Foto: Odeceex, abril de 2019

Somos nós que definimos quem deve ser convidado para a consulta e como deve participar. Não aceitamos a presença da polícia nem de qualquer entidade intimidatória, pois a consulta deve ser livre, sem pressões.

Além disso, as datas devem ser agendadas com antecedência, em períodos que não atrapalhem a rotina da comunidade. O local das reuniões também é determinado pelas comunidades.

Pesquisas no território devem ser de interesse da comunidade, no conteúdo, modo de fazer e na sua devolutiva, ou seja, que seus efeitos sejam benéficos para as comunidades quilombolas.

Somos nós que definimos também como nos organizar para entender o que está sendo proposto de intervenção no território. É a comunidade que decide quando e quantas vezes deve se reunir para entender a ação. É também o povo que deve dizer quem deve participar das conversas – parceiros, universidades, etc. – para trazer mais elementos para compreensão da proposta de ação na comunidade.

A coordenação, registro e relatoria das reuniões devem ser conduzidos pelas comunidades, ou seja, o registro das informações, debates, consensos e fotos é feito e guardado pelos(as) quilombolas apanhadores(as) de flores sempre-vivas e a condução do processo de tomada de decisão é exclusivamente assumido pela comunidade.

Além disso, a consulta deve ser prévia, livre e informada, além de coletiva, democrática e ampla, em linguagem acessível, fornecendo todas as informações necessárias e tirando as dúvidas das comunidades. Os custos da consulta serão pagos pelo empreendedor e/ou poder público, interessados em realizar a intervenção nos territórios.

Por fim, a consulta será realizada via “Plano de consulta”, a ser elaborado em reunião interna pelas comunidades, com as etapas da consulta, os tempos de fala e/ou intervenções, os participantes e a metodologia. A consulta prévia acontecerá no local, data e forma que a comunidade escolher.

COMO DECIDIMOS

As decisões são tomadas coletivamente, de forma democrática e no tempo das comunidades. Os consensos estabelecidos durante o processo consultivo e a escuta dos principais representantes devem ser considerados para chegarmos à decisão final. As decisões serão tomadas ainda no tempo das nossas comunidades, de forma democrática e livre.

Nossas decisões finais são tomadas conjuntamente por todas as comunidades: Vargem do Inhaí, Mata dos Crioulos, Raiz e Braúnas.

As reuniões e discussões poderão ser acompanhadas pelos parceiros que decidirmos convidar.

Faremos reuniões internas com representantes das comunidades para discussão e tomada de decisão, em

quantas reuniões forem necessárias. Nossos parceiros também devem participar desses momentos, da forma que determinarmos.

Só decidiremos se todas as etapas da consulta tiverem sido cumpridas. O processo de consulta deve ser relatado e todas as dúvidas tiradas para permitir que a comunidade chegue a uma decisão. Por fim, o protocolo deve ser respeitado como condição para a decisão e para um adequado manejo e conservação da Serra do Espinhaço, que é nossa e é patrimônio do estado de Minas Gerais.



PROTOCOLO COMUNITÁRIO DE CONSULTA PRÉVIA



Realização: Comunidades quilombolas e apanhadoras de flores sempre vivas Vargem do Inhaí, Mata dos Crioulos, Raiz e Braúnas. Minas Gerais, 2019.

Assessoria: Camila Cecilina Martins, Lizely Borges, Karina Rodrigues Ferreira, Luciana Pivato, Maria Eugênia Trombini, Maria de Fátima Alves, Márcio de Souza Andrade, Naiara Andreoli Bittencourt, Pedro Martins

Relatoras gráficas: Bruna Mello e Camila Mello

Revisão: Silmara Krainer Vitta

Diagramação: Ana Luisa Dibiasi

Fotos: Arlis Alves, Elisa Cotta, João Roberto Ripper, Karina Rodrigues Ferreira, Mário Andrade, Valda Nogueira e Codecex

Apoio:



Brot
für die Welt



FORD
FOUNDATION

Organizações mobilizadoras:



Terra de
Direitos

CODECEX
Comissão em Defesa dos Direitos
das Comunidades Extrativistas